

Open in app ↗



Vapes financiam o crime organizado

Apreensões de cigarros eletrônicos cresceram mais de 77 vezes nos últimos cinco anos, totalizando cerca de R\$ 180 milhões em 2024. O dinheiro iria custear as operações do PCC, Comando Vermelho e outros grupos.

5 min read · Nov 17, 2025

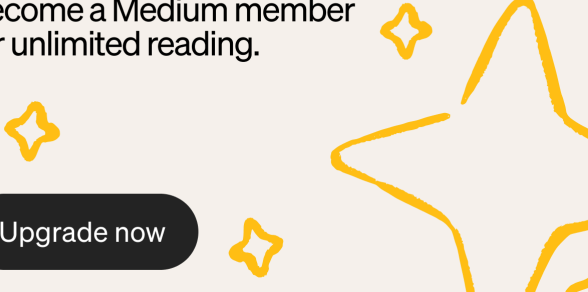


Luana de Almeida Angelo

 Share
  More

A nuvem de vapor perfumado, inalada em festas e tabacarias de esquina, é uma das provas que o Estado brasileiro está falhando no controle dos cigarros eletrônicos. O que começou como uma promessa supostamente inofensiva, e que a Anvisa foi rápida em proibir, transformou-se em um lucrativo canal de financiamento para as maiores facções criminosas do país, segundo avaliação da Polícia Rodoviária Federal, responsável parte das apreensões. No Brasil, onde a proibição de fabricação, importação e comercialização de Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEFs) vigora desde 2009, e foi reafirmada em 2024, o consumo irrestrito nas ruas escancara a falência da fiscalização, desde a fronteira até o e-commerce. O ato de dar um “puff” em um vape ilegal não é apenas um vício isolado; é, na prática, um financiamento direto a organizações criminosas que utilizam a mercadoria para expandir seu poder e violência no território nacional.

Access to all of it.
 Become a Medium member for unlimited reading.



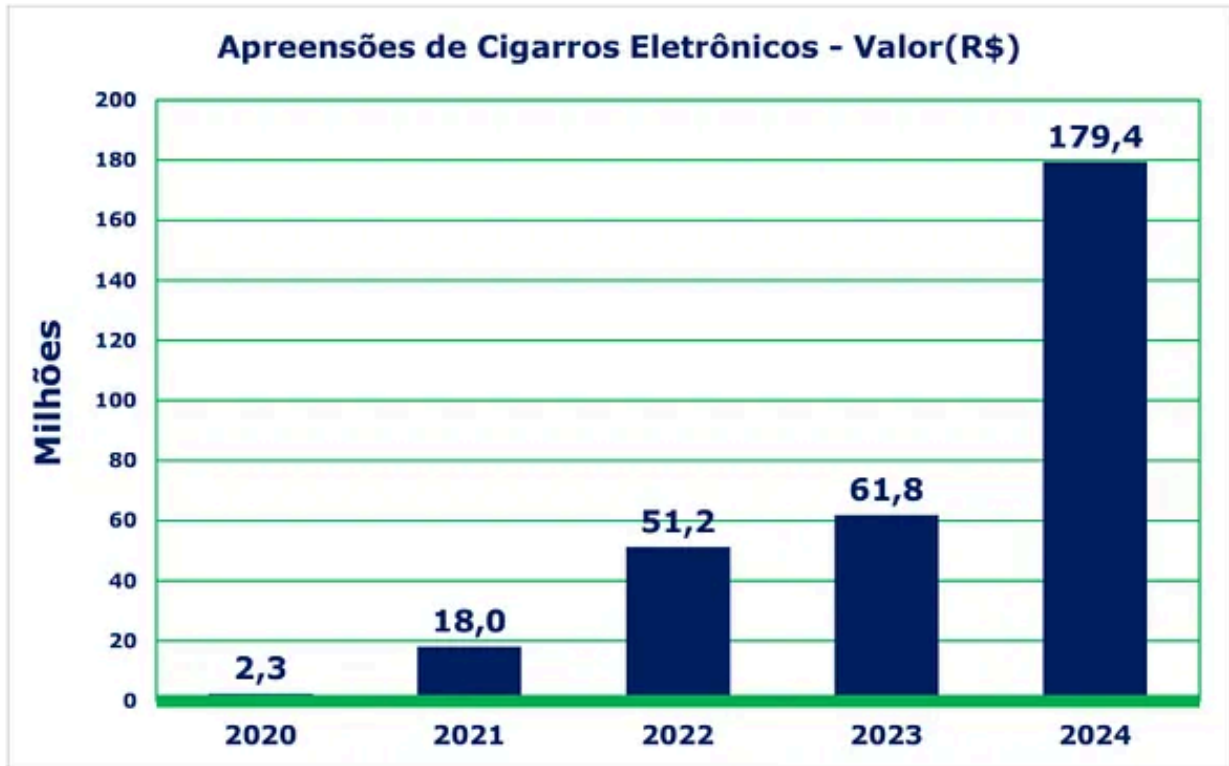
[Upgrade now](#)

O Delegado da Receita Federal (RFB) em Cascavel (PR), Antônio Carlos de Almeida, explica o atrativo econômico que impulsiona o crime: os cigarros eletrônicos são um produto de “alto valor agregado” por unidade e requerem “menos espaço para transporte” quando comparados ao cigarro tradicional. Essa combinação de alta lucratividade e facilidade de ocultação eleva o contrabando de vapes a uma prioridade na agenda das organizações. O escoamento dessa mercadoria se dá por rotas logísticas bem definidas, partindo em grande parte do Paraguai e tem como “entreposto” as cidades de Cascavel e Foz do Iguaçu, no Paraná. O auditor fiscal da Receita Federal em Foz do Iguaçu, Daniel Linck, explica como ocorre a entrada desses produtos ilegais:

Auditor da Receita relata o caminho feito pelos vapes



A RFB atua ativamente no combate à introdução ilícita desses produtos no território nacional, confirmando que as apreensões se tornaram comuns e estão em crescimento nos últimos anos. A percepção é notável nos números do Balanço Aduaneiro de 2024, publicado em fevereiro de 2025. O gráfico demonstra o aumento expressivo de apreensões desde 2020, chegando a quase R\$ 180 milhões de reais em 2024:



Fonte: Sistema CTMA - Receita Federal, extraído em 05/02/2025.

O gráfico demonstra uma crescente, que atingiu o pico no ano de 2024. Fonte: Balanço Aduaneiro/RFB

Em dezembro de 2024, a Receita Federal realizou duas apreensões expressivas nas Alfândegas de Guarulhos e do Porto de Santos. Foram encontradas cerca de 43 mil e 500 mil unidades, respectivamente, misturadas em containers com outros tipos de cargas como brinquedos e peças de informática.



Em 19/12/24, a Alfândega de Guarulhos realizou a apreensão de mais de 43 mil unidades de cigarros eletrônicos.



Em 2024, as apreensões de cigarros eletrônicos corresponderam a quase 5% do valor total das mercadorias retidas, superando itens de informática, bebidas e vestuário. Fonte: Balanço Aduaneiro/RFB

A estratégia utilizada pela RFB é aplicar as normas em vigor, classificando a importação como delito de contrabando e retirando esses produtos de circulação, destinando-os à destruição ambientalmente adequada ou buscando o reaproveitamento de componentes como plásticos e essências. Além disso, a Receita atua na esfera administrativa, podendo suspender o CNPJ de estabelecimentos flagrados vendendo ou armazenando produtos proibidos. O Policial Rodoviário Federal e chefe de comunicação da PRF-SC, Adriano Fiamoncini, explica que existe uma diferença entre os crimes de contrabando e descaminho:

PRF explica dois tipos de crimes comuns em fronteiras



Fiamoncini detalha que os produtos entram no Brasil através de portos, aeroportos e fronteiras terrestres, sendo distribuídos por corredores rodoviários estratégicos. Em Santa Catarina, as apreensões se concentram nas rodovias BR-101 e BR-282, que servem como artérias de distribuição para grandes centros consumidores no Sul e Sudeste. Fiamoncini revela que o aumento das ocorrências é “visível empiricamente” nos últimos três anos, apesar de o sistema interno da PRF ainda contabilizar os DEFs na mesma rubrica de “maços de cigarros”, ofuscando a dimensão real do problema. O que mais preocupa os agentes de segurança é a “mistura das cargas”: os vapes são frequentemente encontrados em meio a produtos de descaminho, drogas e até armas, revelando a complexidade e o risco das quadrilhas especializadas.



Em Santa Catarina, ocorrem apreensões em todas as regiões do estado. Na imagem acima, um veículo de passeio foi flagrado transportando caixas de cigarros eletrônicos em Joaçaba. Foto: Comunicação/PRF-SC

Cigarros eletrônicos escondidos em carro em Chapecó - SC



Fonte: Comunicação/PRF-SC

O cerne do problema de segurança pública é que o comércio ilegal do vape fortalece e financia as facções criminosas como PCC, Comando Vermelho e PGC (Primeiro Grupo Catarinense) que buscam maximizar o lucro de todas as fontes. O dinheiro obtido com o contrabando de vapes é reinvestido para financiar a compra de armas e sustentar a violência nas cidades. O ato de comprar um vape ilegal, portanto, se configura como um financiamento direto ao crime organizado, afirma Fiamoncini, e que prejudica a sociedade em escala sistêmica.



[Luana de Almeida](#)

Adriano relaciona crime organizado e contr...

 SOUNDCLLOUD

Compartilhar

[Privacy policy](#)

4

Nas cidades, o problema se manifesta no varejo e na fiscalização local. Em Florianópolis, o Chefe do Departamento de Fiscalização da Vigilância Sanitária

Municipal (Visa), Paulo Castellani, aponta que suas maiores dificuldades são “o número reduzido de fiscais para cobrir a demanda e a complexa comercialização por meios digitais que escapa das rondas tradicionais”. A Visa tem feito o mapeamento de venda ilegal em estabelecimentos como tabacarias, bares e lojas de conveniência e confirmou um aumento nas apreensões em suas operações, apesar de não possuírem dados contabilizados. Os estabelecimentos flagrados são autuados e respondem a processos administrativos, podendo também responder nas esferas cível e criminal, sendo comunicados ao Ministério Público para fins de instauração de procedimento cabível.

Contudo, segundo a Visa, a fiscalização em ambientes majoritariamente frequentados por jovens, como escolas e festas, é feita de forma “indireta”, com foco na proibição do comércio e do uso. A responsabilidade de impedir o consumo recai sobre gestores de escolas e organizadores de eventos. Essa transferência de responsabilidade cria um vácuo de autoridade que o mercado ilegal aproveita. O resultado dessa ineficácia fiscalizatória é o estabelecimento de um ciclo vicioso: a proibição, que deveria proteger a saúde pública, falha em sua aplicação, criando um mercado multimilionário de contrabando. Este mercado, por sua vez, injeta recursos nas grandes facções criminosas. O Policial Fiamoncini é enfático ao estabelecer essa ligação:

Quem fuma cigarro eletrônico financia crime organizado, diz policial



A solução, de acordo com os órgãos de fiscalização consultados, não passa por debater a legalização, mas sim por reforçar o cumprimento das normas em vigor,

priorizando o combate ao contrabando para quebrar a “coluna vertebral” financeira do crime organizado e, só assim, proteger a saúde e a segurança da população.

Para voltar ao início, [clique aqui](#)



Edit profile

Written by Luana de Almeida Angelo

0 followers · 0 following

No responses yet



Luana de Almeida Angelo

What are your thoughts?

More from Luana de Almeida Angelo